

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - IGARN

PORTARIA-SEI Nº 96, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

Altera dispositivos da Portaria Nº 10, de 16 de novembro de 2017 que estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme a Lei nº 14.066 de 30 de setembro de 2020 que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

O Diretor presidente do INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IGARN, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência prevista no art. 5º, inciso VII da Lei Complementar Estadual de nº 483 de 03 de janeiro de 2013, e considerando a necessidade de atualização de dispositivos da Portaria Nº 10/2017, visando adequar à Lei nº 14.066/2020 que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), resolve:

Considerando que compete ao IGARN, fiscalizar a segurança de barragens para as quais outorga o direito de uso dos recursos hídricos, quando se tratar de acumulação de água, excetuado os casos de aproveitamento hidrelétrico, conforme art. 5º, inciso I, da Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020;

Considerando que a Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, em seu artigo 8º atribui ao órgão ou à entidade fiscalizadora estabelecer a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem e do Plano de Ação de Emergência (PAE);

Considerando que a Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, em seu artigo 9º, define que as inspeções de segurança regular e especial terão a sua periodicidade, a qualificação da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento definidos pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.

Considerando que a Resolução CNRH 223, de 20 de novembro de 2020, altera a Resolução CNRH n. 144, de 10 de julho de 2012, que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e dá outras providências.

Considerando que a Resolução CNRH nº 143, de 10 de Julho de 2012, estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo seu volume, em atendimento ao art. 7º da Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, resolve;

Art. 1º A periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência são aqueles definidos nesta Portaria.

Art. 2º Os dispositivos desta Portaria se aplicam às barragens fiscalizadas pelo IGARN.

Art. 3º Para efeito desta Portaria consideram-se:

I - Anomalia: qualquer deficiência, irregularidade, anormalidade ou deformação que possa afetar a segurança da barragem;

II - Área afetada: área a jusante ou a montante, potencialmente comprometida por eventual ruptura da barragem;

III - Barragem: qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água, em talvegue ou em cava exaurida com dique, para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

IV - Barragens novas: barragens cujo início do primeiro enchimento ocorrer após a publicação desta Portaria;

IV - A - Barragens desativadas: barragens cuja fase da vida caracteriza-se por não se encontrar mais em operação, não tendo mais finalidade de acumulação de água de forma permanente para qualquer uso (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

IV - B - Barragens descaracterizadas: barragens desativadas que tiveram suas estruturas alteradas ou parcialmente removidas, as quais deixam de possuir características ou de exercer função de barragem (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

IV - C - Barragens descomissionadas: barragens desativadas que tiveram suas estruturas totalmente removidas, com respectiva revogação da outorga de direito de uso (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

V - Barragens existentes: barragens cujo início do primeiro enchimento ocorreu em data anterior à publicação desta Portaria; Categoria de Risco: classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

VI - Coordenador do PAE: responsável por coordenar as ações descritas no PAE, devendo estar disponível para atuar, prontamente, nas situações de emergência em potencial da barragem, podendo ser o empreendedor ou pessoa designada por este;

VII - Dano Potencial Associado à Barragem: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

VIII - Declaração de início ou encerramento da emergência: declaração emitida pelo empreendedor ou pelo coordenador do PAE para as autoridades públicas competentes, estabelecendo o início ou o fim da situação de emergência;

IX - Declaração Geral de Conservação e Segurança de Barragem - DGCS: declaração emitida pelo empreendedor ao IGARN informando a realização da Inspeção de Segurança Regular - ISR e que está ciente das condições de segurança da sua barragem;

X - Empreendedor: pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localiza, se não houver quem os explore oficialmente; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

XI - Fluxograma de Notificação do Plano de Ação de Emergência: documento em forma gráfica que demonstra quem deverá ser notificado, por quem e em qual prioridade, para cada situação de emergência em potencial;

XII - Inspeção de Segurança Regular - ISR: atividade sob responsabilidade do empreendedor que visa identificar e avaliar anomalias que afetam potencialmente as condições de segurança e de operação da barragem, bem como seu estado de conservação, devendo ser realizada, regularmente, com a periodicidade estabelecida pelo IGARN (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

XIII - A – Mapa de inundação: produto do estudo de inundação que compreende a delimitação geográfica georreferenciada das áreas potencialmente afetadas por eventual vazamento ou ruptura da barragem e seus possíveis cenários associados e que objetiva facilitar a notificação eficiente e a evacuação de áreas afetadas por essa situação (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

XIII - Inspeção de Segurança Especial - ISE: atividade sob a responsabilidade do empreendedor, que visa avaliar as condições de segurança em situação específica, devendo ser realizada por equipe multidisciplinar de especialistas nas fases de construção, operação e desativação da barragem;

XIV - Matriz de Classificação: matriz constante no Anexo I desta Portaria, que relaciona a classificação quanto à Categoria de Risco e quanto ao Dano Potencial Associado, com o objetivo de estabelecer a necessidade de elaboração do Plano de Ação de Emergência - PAE, a periodicidade das Inspeções de Segurança Regular - ISR, as situações em que deve ser realizada obrigatoriamente Inspeção de Segurança Especial - ISE, e a periodicidade da Revisão Periódica de Segurança de Barragem - RPSB;

XV - Nível de Perigo da Anomalia - NPA: gradação dada a cada anomalia em função do seu efeito individual no comprometimento à segurança da barragem (Redação dada pela Resolução nº 236 da ANA);

XVII - Nível de Perigo Global da Barragem - NPGb: gradação dada à barragem em função do comprometimento de sua segurança decorrente do efeito conjugado das anomalias;

XVIII - Nível de Resposta: gradação dada no âmbito do Plano de Ação de Emergência - PAE às situações de emergência em potencial da barragem, que possam comprometer a sua segurança e a ocupação na área afetada;

XIX - Plano de Ação de Emergência - PAE: documento formal elaborado pelo empreendedor, no qual estão identificadas as situações de emergência em potencial da barragem, estabelecidas as ações a serem executadas nesses casos e definidos os agentes a serem notificados, com o objetivo de minimizar danos e perdas de vida;

XX - Plano de Segurança da Barragem - PSB: instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), utilizado para a gestão da segurança da barragem, cujo conteúdo mínimo está detalhado no Anexo II desta Portaria;

XXI - Revisão Periódica de Segurança de Barragem RPSB: estudo cujo objetivo é diagnosticar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização dos dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e a jusante do empreendimento, e indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança;

XXII - Sistema de alerta: conjunto de equipamentos ou recursos tecnológicos para informar a população potencialmente afetada na Zona de Auto Salvamento - ZAS sobre a ocorrência de perigo iminente;

XXIII - Situação de emergência em potencial da barragem: situação que possa causar dano à integridade estrutural e operacional da barragem, à preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente;

XXIII - A- Treinamento interno do PAE: treinamento que ocorre somente em âmbito interno do empreendedor, compreendendo suas equipes e instalações;

XXIII - B- Exercício prático de simulação: teste prático que simula uma situação de emergência na barragem, com a participação da população potencialmente afetada na ZAS, prefeituras e Defesa Civil, permitindo que os agentes do PAE tomem conhecimento das ações previstas e sejam treinados em como proceder, incluindo evacuação pelas rotas de fuga;

XXIV - Zona de Auto Salvamento - ZAS: trecho do vale a jusante da barragem em que não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência, conforme mapa de inundação; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

CAPÍTULO I

DA MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 4º As barragens outorgadas pelo IGARN serão por ele classificadas, conforme a Matriz disposta no Anexo I, segundo a Categoria de Risco e o Dano Potencial Associado (DPA).

Parágrafo único - O IGARN poderá atualizar a classificação das barragens em decorrência da alteração de suas características ou da ocupação do vale a jusante que requeiram a revisão da Categoria de Risco ou do DPA da barragem.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM – PSB

Seção I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PSB

é composto por até 6 (seis) volumes: Volume I - Informações Gerais; Volume II - Documentação Técnica do Empreendimento; Volume III - Planos e Procedimentos; Volume IV - Registros e Controles; Volume V - Revisão Periódica de Segurança da Barragem; Volume VI - Plano de Ação de Emergência, quando exigido.

§ 1º Os Relatórios de Inspeções de Segurança Regular - ISR e das Inspeções de Segurança Especial- ISE deverão ser inseridos no Volume IV do PSB.

§ 2º O conteúdo mínimo e o nível de detalhamento de cada Volume estão detalhados no Anexo II.

Seção II

ELABORAÇÃO E DA PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PSB

Art. 6º O PSB deverá ser elaborado, para barragens novas, antes do início do primeiro enchimento do reservatório.

Art. 7º Os empreendedores de barragens existentes deverão elaborar o PSB, no prazo máximo de um ano, a partir do recebimento de Ofício de Notificação do IGARN sobre a publicação desta Portaria.

Art. 8º O PSB deverá ser entregue ao IGARN em meio digital em PDF.

Art. 9º Em caso de alteração da classificação da barragem, o IGARN estipulará prazo para eventual adequação do PSB.

Art. 10º O PSB deverá ser atualizado em decorrência das atividades de operação, monitoramento, manutenção, da realização de ISR, ISE e RPSB, e das atualizações do PAE, incorporando os seus registros e relatórios, bem como as suas exigências e recomendações.

Art. 11. A elaboração do PAE é obrigatória para todas as barragens classificadas como de (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020):

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

I - médio e alto dano potencial associado (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020);

II - alto risco, a critério do IGARN (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020).

Art. 12 O Plano de Segurança da Barragem deve compreender, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do empreendedor;
 - II - dados técnicos referentes à implantação do empreendimento, inclusive, no caso de empreendimentos construídos após a promulgação desta Portaria, do projeto como construído, bem como aqueles necessários para a operação e manutenção da barragem;
 - III - estrutura organizacional e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem;
 - IV - manuais de procedimentos dos roteiros de inspeções de segurança e de monitoramento e relatórios de segurança da barragem;
 - V - regra operacional dos dispositivos de descarga da barragem;
 - VI - indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e à operação da barragem;
 - VII - Plano de Ação de Emergência (PAE), exigido conforme o art. 15 desta Portaria; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - VIII - relatórios das inspeções de segurança regular e especial; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - IX - revisões periódicas de segurança.
 - X - identificação e avaliação dos riscos, com definição das hipóteses e dos cenários possíveis de acidente ou desastre; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - XI - mapa de inundação, considerado o pior cenário identificado; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - XII - identificação e dados técnicos das estruturas, das instalações e dos equipamentos de monitoramento da barragem. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- § 1º A periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento dos planos de segurança serão estabelecidos pelo IGARN.
- § 2º As exigências indicadas nas inspeções de segurança regular e especial da barragem devem ser contempladas nas atualizações do Plano de Segurança da Barragem. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- § 3º O empreendedor deve manter o Plano de Segurança da Barragem atualizado e operacional até a desativação ou a descaracterização da estrutura. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- § 4º O Plano de Segurança da Barragem deve estar disponível e acessível, antes do início da operação da estrutura, para a equipe responsável pela operação e gestão da barragem no local do empreendimento e para o IGARN, bem como ser inserido no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- § 5º O Plano de Segurança da Barragem deve ser elaborado e assinado por responsável técnico com registro no respectivo conselho profissional, bem como incluir manifestação de ciência por parte do empreendedor, no caso de pessoa física, ou do titular do cargo de maior hierarquia na estrutura da pessoa jurídica. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- Art. 13 As inspeções de segurança regular e especial terão a sua periodicidade, a qualificação da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento definidos pelo IGARN em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.
- § 1º A inspeção de segurança regular será efetuada pela própria equipe de segurança da barragem, devendo o relatório resultante estar disponível ao IGARN e à sociedade civil.
- § 2º A inspeção de segurança especial será elaborada, conforme orientação do IGARN, por equipe multidisciplinar de especialistas, em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem, nas fases de construção, operação e desativação, devendo considerar as alterações das condições a montante e a jusante da barragem.
- § 3º Os relatórios resultantes das inspeções de segurança devem indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança da barragem.
- § 4º O IGARN estabelecerá prazo para que o empreendedor cumpra as ações previstas nos relatórios de inspeção de segurança. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- Art. 14 Deverá ser realizada Revisão Periódica de Segurança de Barragem com o objetivo de verificar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização dos dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e a jusante da barragem.
- § 1º A periodicidade, a qualificação técnica da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento da revisão periódica de segurança serão estabelecidos pelo IGARN em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.
- § 2º A Revisão Periódica de Segurança de Barragem deve indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança da barragem, compreendendo, para tanto:
- I - o exame de toda a documentação da barragem, em particular dos relatórios de inspeção;
 - II - o exame dos procedimentos de manutenção e operação adotados pelo empreendedor;
 - III - a análise comparativa do desempenho da barragem em relação às revisões efetuadas anteriormente.
- § 3º O IGARN estabelecerá prazo para que o empreendedor cumpra as ações previstas na Revisão Periódica de Segurança de Barragem. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- Art. 15: A elaboração do PAE é obrigatória para todas as barragens classificadas como de: (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- I - médio e alto dano potencial associado; ou (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - II - alto risco, a critério do IGARN. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- Parágrafo único. Independentemente da classificação quanto ao dano potencial associado e ao risco, a elaboração do PAE é obrigatória para todas as barragens destinadas à acumulação ou à disposição de rejeitos de mineração. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
- Art. 16 O PAE estabelecerá as ações a serem executadas pelo empreendedor da barragem em caso de situação de emergência, bem como identificará os agentes a serem notificados dessa ocorrência, devendo contemplar, pelo menos:
- I - descrição das instalações da barragem e das possíveis situações de emergência; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - II - procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento, de condições potenciais de ruptura da barragem ou de outras ocorrências anormais; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - III - procedimentos preventivos e corretivos e ações de resposta às situações emergenciais identificadas nos cenários acidentais; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - IV - programas de treinamento e divulgação para os envolvidos e para as comunidades potencialmente afetadas, com a realização de exercícios simulados periódicos; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - V - atribuições e responsabilidades dos envolvidos e fluxograma de acionamento; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - VI - medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvar o patrimônio cultural; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)
 - VII - dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para resposta ao pior cenário identificado; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

VIII - delimitação da Zona de Autossalvamento (ZAS) e da Zona de Segurança Secundária (ZSS), a partir do mapa de inundação referido no inciso XI do caput do art. 12 desta Portaria; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

IX - levantamento cadastral e mapeamento atualizado da população existente na ZAS, incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

X - sistema de monitoramento e controle de estabilidade da barragem integrado aos procedimentos emergenciais; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

XI - plano de comunicação, incluindo contatos dos responsáveis pelo PAE no empreendimento, da prefeitura municipal, dos órgãos de segurança pública e de proteção e defesa civil, das unidades hospitalares mais próximas e das demais entidades envolvidas; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

XII - previsão de instalação de sistema sonoro ou de outra solução tecnológica de maior eficácia em situação de alerta ou emergência, com alcance definido pelo IGARN; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

XIII - planejamento de rotas de fuga e pontos de encontro, com a respectiva sinalização. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 1º O PAE deverá estar disponível no site do empreendedor e ser mantido, em meio digital, no SNISB e, em meio físico, no empreendimento, nos órgãos de proteção e defesa civil dos Municípios inseridos no mapa de inundação ou, na inexistência desses órgãos, na prefeitura municipal. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 2º O empreendedor deverá, antes do início do primeiro enchimento do reservatório da barragem, elaborar, implementar e operacionalizar o PAE e realizar reuniões com as comunidades para a apresentação do plano e a execução das medidas preventivas nele previstas, em trabalho conjunto com as prefeituras municipais e os órgãos de proteção e defesa civil. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 3º O empreendedor e os órgãos de proteção e defesa civil municipais e estaduais deverão articular-se para promover e operacionalizar os procedimentos emergenciais constantes do PAE. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 4º Os órgãos de proteção e defesa civil e os representantes da população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 5º O empreendedor deverá, juntamente com os órgãos locais de proteção e defesa civil, realizar, em periodicidade a ser definida pelo IGARN, exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 6º O empreendedor deverá estender os elementos de autoproteção existentes na ZAS aos locais habitados da ZSS nos quais os órgãos de proteção e defesa civil não possam atuar tempestivamente em caso de vazamento ou rompimento da barragem. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 7º O PAE deverá ser revisto periodicamente, a critério do IGARN, nas seguintes ocasiões: (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

I - quando o relatório de inspeção ou a Revisão Periódica de Segurança de Barragem assim o recomendar; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

II - sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de influenciar no risco de acidente ou desastre; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

III - quando a execução do PAE em exercício simulado, acidente ou desastre indicar a sua necessidade; (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

IV - em outras situações, a critério do IGARN. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

§ 8º Em caso de desastre, será instalada sala de situação para encaminhamento das ações de emergência e para comunicação transparente com a sociedade, com participação do empreendedor, de representantes dos órgãos de proteção e defesa civil, da autoridade licenciadora do Sisnama, dos órgãos fiscalizadores e das comunidades e Municípios afetados. (Incluído pela Lei nº 14.066, de 2020)

Seção III

DA LOCALIZAÇÃO

Art. 17 O PSB deverá estar disponível, em meio físico e digital, no próprio local da barragem, no escritório regional do empreendedor, caso exista, bem como em sua sede, nos órgãos de proteção e defesa civil dos Municípios inseridos no mapa de inundação ou, na ausência destes, nas respectivas Prefeituras.

Parágrafo único. O empreendedor deverá encaminhar cópia do PSB, em meio digital, à ANA, e deverá inseri-lo no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragem – SNISB, cada um dos volumes do PSB separadamente. CAPÍTULO III

DA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA REGULAR – IS

Seção I

1º E DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DO RELATÓRIO DA ISR

Art. 18 O produto final da ISR é um Relatório, cujo conteúdo mínimo e nível de detalhamento estão dispostos no Anexo II - Volume IV, item 5 (cinco).

Art. 19 A classificação do Nível de Perigo da Anomalia (NPA) deverá constar no Relatório e será definida de acordo com as seguintes orientações:

- a) Normal: quando determinada anomalia não compromete a segurança da barragem;
- b) Atenção: quando determinada anomalia não compromete de imediato a segurança da barragem, mas caso venha a progredir, pode comprometê-la, devendo ser controlada, monitorada ou reparada;
- c) Alerta: quando determinada anomalia compromete a segurança da barragem, devendo ser tomadas providências imediatas para a sua eliminação;
- d) Emergência: quando determinada anomalia representa alta probabilidade de ruptura da barragem.

Parágrafo único. No caso de anomalias classificadas como Alerta ou Emergência, deverá constar obrigatoriamente no Relatório da ISR o prazo máximo para que as mesmas sejam sanadas.

Art. 20 O Nível de Perigo Global da Barragem - NPGB deverá constar no Relatório da ISR, considerando as seguintes definições:

- a) Normal: quando o efeito conjugado das anomalias não compromete a segurança da barragem.
 - b) Atenção: quando o efeito conjugado das anomalias não compromete de imediato a segurança da barragem, mas caso venha a progredir, pode comprometê-la, devendo ser controlada, monitorada ou reparada.
- Alerta: quando o efeito conjugado das anomalias compromete a segurança da barragem, devendo ser tomadas providências imediatas para eliminá-las;

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

d) Emergência: quando o efeito conjugado das anomalias representa alta probabilidade de ruptura da barragem.

§ 1º O NPGB será no mínimo igual ao NPA de maior gravidade, devendo, no que couber, estar compatibilizado com os níveis de resposta previstos no artigo 37.

§ 3º No caso de o NPGB ser classificado como emergência, o empreendedor deverá informar imediatamente ao IGARN e à Defesa Civil.

Seção II

UÇÃO E PRAZO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA ISR

Art. 21 A ISR deverá ser realizada pelo empreendedor, no mínimo, uma vez por ano.

§ 1º O empreendedor de barragem enquadrada na classe D, da matriz constante no Anexo I, poderá realizar as inspeções a que se refere o caput com periodicidade bienal.

§ 3º Além das inspeções previstas no presente regulamento, o IGARN poderá exigir outras ISR a qualquer tempo.

Art. 22 O empreendedor deverá, em até 60 dias encaminhar ao IGARN o Relatório da ISR, acompanhado de Declaração Geral de Segurança da Barragem (DGSB), assinada pelo empreendedor e responsável pela inspeção, e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pela inspeção, conforme modelos constantes no site deste órgão.

Art. 23 Para barragens existentes, o empreendedor deverá realizar a primeira ISR em até 6 meses a partir do recebimento de Ofício de Notificação do IGARN sobre a publicação desta Portaria.

CAPÍTULO IV

DA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA ESPECIAL – ISE

Seção I

DE DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DO RELATÓRIO DA ISE

Art. 24 O produto final da ISE é um Relatório com parecer conclusivo sobre as condições de segurança da barragem, contendo recomendações e medidas detalhadas para mitigação e solução dos problemas encontrados e/ou prevenção de novas ocorrências.

Seção II

UÇÃO E PRAZO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA ISE

Art. 25 O empreendedor deverá realizar ISE:

I – quando o NPGB for classificado como Alerta ou Emergência; II – antes do início do primeiro enchimento do reservatório;

III - quando da realização da Revisão Periódica de Segurança de Barragem; IV - quando houver deplecionamento rápido do reservatório;

V – após eventos extremos, tais como: cheias extraordinárias com tempo de recorrência superior ao do dimensionamento dos órgãos extravasores, sismos e secas prolongadas;

VI – situações de descomissionamento ou abandono da barragem; VII – situações de sabotagem;

§ 1º As barragens classificadas na Classe D, conforme a Matriz de Classificação, devem realizar ISE, obrigatoriamente, apenas nas situações dos incisos I a III e no parágrafo primeiro deste artigo.

§ 2º Em qualquer situação o IGARN poderá requerer uma ISE, se julgar necessário.

§ 3º O Relatório da ISE deverá ser enviado ao IGARN em até 30 dias depois de concluída a inspeção.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM - RPSB

Seção I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DA RPSB

Art. 26 Os produtos finais da RPSB serão um Relatório e um Resumo Executivo, correspondentes ao Volume V do PSB, cujos conteúdos mínimos e nível de detalhamento estão dispostos no Anexo II.

Seção II

PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO E DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E DO RESUMO EXECUTIVO DA RPSB

Art. 27 A periodicidade de execução da RPSB é definida em função da Matriz de Classificação, sendo:

I - classe A: a cada 5 (cinco) anos; II - classe B: a cada 7 (sete) anos; III - classe C: a cada 10 (dez) anos; IV - classe D: a cada 12 (doze) anos.

Parágrafo único. Para as barragens novas, o prazo para a primeira RPSB começa a contar do início do primeiro enchimento do reservatório e para as barragens existentes a partir da entrega do PSB.

Art. 28 Em caso de alteração na classificação, o IGARN poderá estipular novo prazo para realização da RPSB subsequente.

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

Art. 29 O Resumo Executivo da RPSB deverá ser inserido no SNISB, pelo empreendedor, assim elaborado, juntamente com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica e com as assinaturas do Responsável Técnico pela elaboração do Relatório e do representante legal do empreendedor.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA – PAE Seção I

PARA ELABORAÇÃO, DO CONTEÚDO MÍNIMO E DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PAE

Art. 30 O PAE será exigido para as barragens de classes A e B, conforme Matriz de Classificação do Anexo I.

Art. 31 O PAE deverá contemplar o previsto no art. 12 da Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020 e seu nível de detalhamento deve seguir o estabelecido no anexo II – Volume VI.

§1º O estudo de rompimento para fins de elaboração do PAE deverá ser elaborado considerando no mínimo 3 cenários: o cenário de operação hidráulica extrema, que sem conduzir a ruptura pode dar origem a descargas importantes e, de igual forma, colocar em risco pessoas e bens no vale a jusante; o cenário de ruptura propriamente dita, incluindo o cenário de ruptura mais provável; e o cenário de ruptura mais desfavorável ou extremo.

§2º Para as barragens com altura inferior a 15 m e capacidade do reservatório inferior a 3.000.000 m³, a ANA, a seu critério, poderá aceitar a apresentação de documentos e/ou métodos simplificados para a elaboração do PAE.

Seção II

O PARA ELABORAÇÃO E DA PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PAE

Art. 32 O PAE deverá ser elaborado, para barragens novas, antes do início do enchimento do reservatório, a partir de quando deverá estar disponível para utilização.

Art. 33 Os empreendedores de barragens existentes deverão elaborar o PAE no prazo máximo de um ano, a partir do recebimento de Ofício de Notificação do IGARN sobre a publicação desta Portaria.

Art. 34 O PAE deverá ser atualizado anualmente nos seguintes aspectos: endereços, telefones e e-mails dos contatos contidos no Fluxograma de Notificação; responsabilidades gerais no PAE; listagem de recursos humanos, materiais e logísticos disponíveis a serem utilizados em situação de emergência; e outras informações que tenham se alterado no período.

Parágrafo único. É de responsabilidade do empreendedor a divulgação da atualização do PAE e a substituição das versões disponibilizadas aos entes constantes dos incisos do artigo 30.

Art. 35 O PAE deverá ser revisado:

I - quando o relatório de inspeção ou a Revisão Periódica de Segurança de Barragem assim o recomendar;

II - sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de influenciar no risco de acidente ou desastre;

III - quando a execução do PAE em exercício simulado, acidente ou desastre indicar a sua necessidade.

– em outras situações, a critério da ANA.

Parágrafo único. A revisão do PAE implica reavaliação da ocupação a jusante e da eventual necessidade de elaboração de novo mapa de inundação.

Seção III

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO PAE PARA TERCEIROS

Art. 36 O PAE deverá estar disponível, além do estabelecido no artigo 11:

I – na residência do coordenador do PAE;

– nos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios e estados inseridos no mapa de inundação ou, na inexistência desses órgãos, na prefeitura desses municípios;

III – nas instalações dos empreendedores de barragens localizadas na área afetada por um possível rompimento;

– No site do empreendedor;

Parágrafo Único. O empreendedor deve atender às solicitações de informações adicionais de autoridades públicas, para fins de esclarecimento do conteúdo do PAE.

Seção IV

E EMERGÊNCIA EM POTENCIAL E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 37 Ao se detectar uma situação que possivelmente comprometa a segurança da barragem e/ou de áreas no vale a jusante, dever-se-á avaliá-la e classificá-la, de acordo com o nível de resposta, conforme código de cores padrão em:

I - Nível de resposta 0 – Normal (verde): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não comprometem a sua segurança, mas deve ser controlada e monitorada ao longo do tempo;

II - Nível de resposta 1 – Atenção (amarelo): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não comprometem a sua segurança no curto prazo, mas deve ser controlada, monitorada ou reparada;

III - Nível de resposta 2 – Alerta (laranja): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem representem ameaça à segurança da barragem no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema;

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

IV - Nível de resposta 3 – Emergência (vermelho): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem representem alta probabilidade de ruptura, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos materiais e humanos decorrentes do colapso da barragem.

§1º A convenção adotada neste artigo deve ser utilizada na comunicação entre o empreendedor e as autoridades competentes sobre a situação de emergência em potencial da barragem.

§2º O disposto neste artigo deve, no que couber, estar compatibilizado com o NPGB.

Art. 38 Cabe ao empreendedor da da barragem:

I - a elaboração do PAE;

II - promover treinamentos internos, no máximo a cada dois anos, e manter os respectivos registros das atividades;

III - realizar, pelo menos uma vez antes do primeiro enchimento, e posteriormente pelo menos a cada cinco anos, exercícios práticos de simulações de situações de emergência;

IV - designar, formalmente, o Coordenador do PAE, podendo ser o próprio empreendedor;

V - detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os Níveis de Resposta;

VI - emitir declaração de início e encerramento de emergência, obrigatoriamente para os Níveis 2 e 3 (laranja e vermelho);

- executar as ações previstas no fluxograma de notificação do PAE;

VIII - alertar a população potencialmente afetada na ZAS, caso se declare Nível de resposta 2 e 3 (laranja ou vermelho), sem prejuízo das demais ações previstas no PAE e das ações das autoridades públicas competentes;

IX - estabelecer, em conjunto com a Defesa Civil, estratégias de comunicação e de orientação à população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem sobre procedimentos a serem adotados nas situações do inciso anterior; - notificar imediatamente a Defesa Civil e o IGARN em caso de situação de emergência;

X - providenciar a elaboração do relatório de encerramento de emergência, conforme o Art. 33 desta Portaria;

XI - providenciar e custear a elaboração, por peritos independentes, de laudo técnico referente às causas de eventual rompimento de barragem;

XII - monitorar as condições de segurança de barragens desativadas, bem como a implantação de medidas preventivas de acidentes ou desastres até o seu descomissionamento.

Seção V

DO ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA

Art. 39 Uma vez terminada a situação de emergência, o Coordenador do PAE deverá providenciar a elaboração do Relatório de Encerramento de Emergência, em até 60 dias, contendo, no mínimo:

I – descrição detalhada do evento e possíveis causas; II – relatório fotográfico;

III – descrição das ações realizadas durante o evento, inclusive cópia das declarações emitidas e registro dos contatos efetuados;

IV – indicação das áreas afetadas com identificação dos níveis ou cotas altimétricas atingidas pela onda de cheia, quando couber;

V – consequências do evento, inclusive danos materiais à vida e à propriedade;

VI – proposições de melhorias para revisão do PAE;

VII – conclusões sobre o evento; e VIII – ciência do Empreendedor;

Parágrafo Único. O Relatório de Encerramento da Emergência deverá ser encaminhado ao IGARN assim que concluído.

CAPÍTULO VII

DA QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Art. 40 Os responsáveis técnicos pela elaboração do PSB, do PAE, da RPSB, da ISR e da ISE deverão ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com atribuições profissionais para projeto ou construção ou operação ou manutenção de barragens compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), e deverão recolher Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) destes serviços.

Art. 41 A RPSB e a ISE deverão ser realizadas por equipe multidisciplinar de especialistas com competência nas diversas disciplinas que envolvam a segurança da barragem em estudo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 Os empreendedores de barragens existentes que ainda não possuem outorga de direito do uso de recursos hídricos deverão encaminhar pedido de outorga ao IGARN no prazo máximo de 90 dias a partir da publicação desta Portaria.

§1º A responsabilidade pelas barragens não assumidas por nenhum órgão público de governos federal, estadual ou municipal, e por nenhum agente privado, poderá ser atribuída aos seus beneficiários diretos.

§2º Quando houver mais de um beneficiário direto da barragem, poderá ser constituída associação para fins de obtenção de outorga e responsabilidade legal quanto à segurança da barragem.

Art. 43 O Relatório de Segurança de Barragens-RSB deverá compreender o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano de referência do relatório.

Art. 43-A Os dados do SNISB serão utilizados para fins de elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

§1º O IGARN irá utilizar a data de 31 de dezembro de cada ano como referência para a extração de dados do SNISB, visando a elaboração do Relatório de Segurança de Barragens.

§2º A alimentação e a atualização de informações no SNISB, por parte do IGARN, deverá ser realizada de forma permanente e refletir o estado de cada barragem e de sua respectiva documentação e cadastro,

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

devendo ser inseridas novas informações sempre que houver atualização de dados.

§3º O empreendedor deverá manter atualizadas as informações junto ao IGARN, conforme orientações deste.

§4º O IGARN poderá conceder acesso ao empreendedor no SNISB para atualizar as informações que lhe couber.

Art. 44 O não cumprimento do disposto nesta Portaria ensejará ao infrator as penalidades previstas na Lei Complementar Estadual nº 569 de 19 de abril de 2016 e legislação pertinente.

Art. 45 Revoga-se a Portaria Nº10/2017.

Art. 46 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Dê-se publicidade.

Natal (RN), 28 de dezembro de 2023.

Diretor-Presidente do IGARN

ANEXO I- Matriz de Classificação

CATEGORIA DE RISCO	DE	DANO POTENCIAL ASSOCIADO		
		ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C	
MÉDIO	A	B	D	
BAIXO	A	B	D	

ANEXO II- Estrutura, Conteúdo Mínimo e Nível de Detalhamento do Plano de Segurança de Barragem

Volume I – Informações Gerais	
1.	Identificação do Empreendedor;
2.	Caracterização do empreendimento;
3.	Características técnicas do Projeto e da Construção;
4.	Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes;
5.	Estrutura organizacional, contatos dos responsáveis e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança da barragem;
6.	Quando for o caso, indicação da entidade responsável pela regra operacional do reservatório;
7.	Classificação da barragem quanto à Categoria de Risco e quanto ao Dano Potencial Associado.
Volume II – Documentação Técnica do Empreendimento	
1.	Para barragens construídas antes de 20/09/2010: Projetos em nível básico e/ou executivo. Na inexistência desses projetos, estudos simplificados no que se refere a caracterização geotécnica do maciço, fundações e estruturas associadas, levantamento geométrico (topografia) e estudo hidrológico/hidráulico das estruturas de descarga;
2.	Para barragens construídas após 20/09/2010: Projeto como construído (<i>As built</i>); Manuais dos Equipamentos;
	Licenças ambientais, outorgas e demais requerimentos legais.
	Identificação e dados técnicos das estruturas, das instalações e dos equipamentos de monitoramento da barragem.
Volume III – Planos e Procedimentos	
1.	Regra operacional dos dispositivos de descarga;
2.	Planejamento das manutenções;
3.	Plano de monitoramento e instrumentação;
4.	Planejamento das inspeções de segurança da barragem;
5.	Cronograma de testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos.
Volume IV – Registros e Relatórios de Inspeções de Segurança de Barragens	

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

1.	Registros de Operação;
2.	Registros da Manutenção;
3.	Registros de Monitoramento e Instrumentação;
4.	Registros dos testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos.
5.	Relatórios de Inspeções de Segurança de Barragens, devendo conter: a) Identificação do representante legal do empreendedor;
	b) Identificação do responsável técnico pela elaboração do Relatório e respectiva ART;
	c) Ficha de inspeção visual preenchida, englobando todas as estruturas da barragem e a indicação de anomalias;
	d) Avaliação e registro, inclusive fotográfico, de todas as anomalias encontradas, avaliando suas causas, desenvolvimento e consequências para a segurança da barragem;
)	Comparação com os resultados da Inspeção de Segurança Regular anterior;
f)	Avaliação das condições e dos registros da instrumentação existente;
	g) Classificação do nível de perigo da barragem (Normal, Atenção, Alerta ou Emergência);
j)	Assinatura do Responsável Técnico pela elaboração do Relatório;
i)	Ciente do empreendedor ou de seu representante legal.
j)	Avaliação da implementação das recomendações da Inspeção de Segurança Anterior.
k)	Recomendações para segurança da barragem e prazos para sua implementação.
6.	Relatórios de Inspeções de Segurança Especial, devendo conter: a) Diagnóstico das anomalias;
b)	Análise de causa e efeito das anomalias identificadas;
c)	Descrição e análise dos modos potenciais de ruptura identificados; d) Plano de ações recomendadas para mitigação e controle dos riscos identificados, incluindo o prazo máximo para cumprimento de cada ação;
	e) Plano de ações recomendadas para a prevenção de novas ocorrências, incluindo a definição do prazo máximo para cumprimento de cada ação;
	f) Plano de ações recomendadas para o início do primeiro enchimento, retomada da operação ou desativação, descaracterização ou descomissionamento da barragem, quando couber, incluindo definição do prazo máximo para cumprimento de cada ação.
7.	Comprovações de execução das ações estabelecidas nesta resolução, como atas de reunião, registros fotográficos, comprovantes de entrega de documentação, entre outros.
Volume V – Revisão Periódica de Segurança da Barragem – Relatório e Resumo Executivo - OBS: Integra o PSB apenas após a primeira RPSB	

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

1. Resultado de Inspeção de Segurança Especial e das últimas Inspeções de Segurança Regulares da barragem e de suas estruturas associadas;
 2. Reavaliação do projeto existente com análise conclusiva da estabilidade da barragem, de acordo com os critérios de projeto aplicáveis à época da revisão;
 3. Atualização das séries e estudos hidrológicos e confrontação desses estudos com a capacidade dos dispositivos de descarga existentes, se pertinente;
 4. Reavaliação dos procedimentos de operação, manutenção, testes, instrumentação e monitoramento;
- Reavaliação do Plano de Ação de Emergência- PAE, quando for o caso;
6. Revisão dos relatórios anteriores das Revisões Periódicas de Segurança de Barragem;
 7. Considerações sobre eventual reavaliação da classificação quanto à categoria de risco e quanto ao dano potencial associado;
- Conclusões sobre a segurança da barragem;
9. Recomendações de melhorias a implementar para reforço da segurança da barragem;
 10. Estimativa preliminar (ordem de grandeza) dos custos e prazos para implantação das recomendações;
- Resumo Executivo, contendo:
- a) Identificação da barragem e empreendedor;
- b) Identificação do Responsável Técnico pela Revisão Periódica;
- c) Período de realização do trabalho;
- d) Listagem dos estudos realizados;
- e) Conclusões;
- f) Recomendações;
- g) Plano de ação de melhorias e cronograma de implantação das ações indicadas no trabalho.

Volume VI – Plano de Ação de Emergência

1. Apresentação e Objetivo do PAE;
2. Identificação e contatos do Empreendedor, do Coordenador do PAE e das entidades constantes do Fluxograma de Notificação;
3. Descrição geral da barragem e estruturas associadas, incluindo acessos à barragem e características hidrológicas, geológicas e sísmicas, bem como das possíveis situações de emergência;
4. Recursos humanos, materiais e logísticos na barragem para resposta ao pior cenário identificado;

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023

5. Classificação das situações de emergência em potencial conforme Nível de Resposta;
6. Procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento e de prevenção e correção às situações emergenciais; Procedimentos de notificação (incluindo o Fluxograma de Notificação) e sistema de alerta;
7. Plano de Comunicação, com detalhamento dos procedimentos de notificação (incluindo o Fluxograma de Notificação) e Sistema de Alerta, com alcance mínimo em toda a ZAS;
8. Responsabilidades no PAE (empreendedor, Coordenador do PAE, equipe técnica e Defesa Civil);
9. Síntese do estudo de inundação com os respectivos cenários, mapas e avaliação do risco hidrodinâmico, indicação da ZAS e ZSS, levantamento cadastral e mapeamento atualizado da população existente na ZAS, incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais, e pontos vulneráveis potencialmente afetados;
10. Sistema de monitoramento da barragem integrado aos procedimentos emergenciais; 8B. Planejamento de rotas de fuga e pontos de encontro, com a respectiva sinalização;
11. Plano de Treinamento e divulgação do PAE, com programação de exercícios simulados periódicos;
12. Meios e recursos disponíveis para serem utilizados em situações de emergência em potencial;
13. Formulários de declaração de início da emergência, de declaração de encerramento da emergência e de mensagem de notificação.
14. Relação das entidades públicas e privadas que receberam cópia do PAE com os respectivos protocolos de recebimento;
15. Medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvar o patrimônio cultural.
16. Identificação e avaliação dos riscos, com definição das hipóteses e dos cenários possíveis de acidente ou desastre;
17. Mapa de inundação, considerado o pior cenário identificado.

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XCI • Nº 15575

Poder Executivo

Natal, 29 de dezembro de 2023



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://deirn.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=8RYO0XUP0C-FX7Z98G0M6-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

8RYO0XUP0C-FX7Z98G0M6-P2TH9ZW2VI

